

HABEAS CORPUS Nº 502.535 - PR (2019/0095631-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : RAQUEL SALGADO
ADVOGADO : RAQUEL SALGADO - PR058325
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ALEX JUNIO PAIXAO (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. INDEFERIMENTO DA LIMINAR APONTADO COMO ATO COATOR. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691/STF. *Writ* indeferido liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Alex Júnio Paixão** contra ato coator proferido pelo Desembargador Celso Jair Mainardi que, nos autos do HC n. 0000970-18.2019.8.16.0000, indeferiu a liminar pleiteada, mantendo o paciente preso cautelarmente após o advento de sentença que impôs a pena de 7 anos, 3 meses e 15 dias de reclusão e 700 dias-multa, à razão mínima, pela prática de conduta descrita no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante historia que o paciente está preso desde 16/2/2018, atualmente recolhido na 7º SDP de Umuarama (Cadeia Pública) em razão de flagrante ocorrido na casa do corréu Andrey Henrique de Souza. Afirma que a droga não pertenceria ao ora paciente, mas ao proprietário da casa.

Argumenta que é inadmissível o uso da custódia cautelar como antecipação do cumprimento de pena. O princípio constitucional da não-culpabilidade não permite que o Estado trate como culpado aquele não submetido à condenação penal transitada em julgado.

Sustenta que o paciente, embora reincidente, já cumpriu sua reprimenda e atualmente tem emprego lícito e residência fixa e nem há elemento concreto nos autos, indicando a participação de qualquer organização criminosa. Afirma ser possível a concessão da liberdade provisória ao paciente, ainda que com as imposições de medidas cautelares do art. 319 do Código de Processo Penal, pois os pressupostos autorizadores do art. 312 do Código Penal não estão presentes.

Sustenta que, ainda que demonstrada a materialidade delitiva e a autoria, não estão atendidos os fundamentos legais para a manutenção da prisão cautelar, uma vez que a fundamentação utilizada foi genérica e sem fatos concretos. Não há elementos apontando o *periculum libertatis*, isto é, o perigo para a sociedade. Não basta a afirmação abstrata de que o réu oferece perigo à sociedade para impor prisão cautelar.

Consigna, ainda, que as provas dos autos são ilícitas e devem ser desentranhadas, bem como a ação penal deve ser trancada.

Aduz haver excesso de prazo por desídia do cartório, que deixou de intimar a advogada nomeada pelo corréu. Em 14/11/2018, o magistrado nomeou advogado dativo, gerando demora irrazoável e constrangimento da liberdade do indivíduo.

Pede o deferimento de liminar para revogação da prisão preventiva e o trancamento da ação penal. No mérito, pede a confirmação da liminar com a concessão da ordem definitiva (fls. 3/41).

É o relatório.

A Terceira Seção desta Corte Superior, na linha do preceituado na Súmula 691/STF, entende não ser cabível *habeas corpus* contra decisão de relator que indefere medida liminar em ação de igual natureza ou não conhece do *writ* impetrado nos Tribunais de segundo grau, salvo nas hipóteses em que houver manifesta teratologia ou ilegalidade evidente.

In casu, o ato apontado como coator indeferiu a liminar pleiteada (fls. 483/484):

Analizando a fundamentação da decisão supracitada, *prima facie*, nesta estreita via cognitiva, não vislumbro a possibilidade de concessão liminar da ordem.

Registro ser pacífico o entendimento jurisprudencial no sentido de que, mantido o quadro fático processual que justificou a prisão preventiva, afigura-se um contrassenso jurídico conceder o direito de apelar em liberdade ao réu, que foi mantido preso provisoriamente, durante toda a instrução processual e teve em seu desfavor proferida sentença penal condenatória.

Conforme já decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, "trata-se de situação em que enfraquecida está a presunção de não culpabilidade, pois já emitido juízo de certeza acerca dos fatos, materialidade, autoria e culpabilidade, ainda que não definitivo"

Não delineada a ilegalidade flagrante, inviável o processamento do presente *writ*.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *writ*.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

